

Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF

Thaíse Sá Freire Rocha*

Resumo: No presente artigo, promoveremos uma reflexão teórica das interfaces estabelecidas entre memória, identidade e patrimônio. Buscaremos entender como esses conceitos são expressos nas iniciativas contemporâneas que visam à valorização do patrimônio cultural. A partir dessas reflexões, objetivamos identificar quais as contribuições do programa de Educação Patrimonial desenvolvido pela MAEA-UFJF, na promoção das identidades locais e no reavivamento da memória, procurando identificar, se as questões propostas são ou não alcançadas.

Palavras-chave: Memória – identidade - educação patrimonial.

Abstract: In this paper, we will promote a theoretical reflection of the interfaces established between memory, identity and heritage. We will seek to understand how these concepts are expressed in contemporary initiatives aimed at enhancement of cultural heritage. From these considerations, we aimed to identify the contributions of heritage education program developed by MAEA-UFJF, the promotion of local identities and the revival of memory, trying to identify if issues or proposals are not met.

Keywords: Memory - identity - heritage education.

1- Introdução

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel, acabam por

* Discente do curso de História - UFJF e Bolsista de Extensão do MAEA-UFJF. Como co-autora Prof. Dra. Luciane Monteiro Oliveira, colaboradora do MAEA-UFJF.

contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural.

Preserva-lo então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Pois através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-los começou no início do século XX. Foram sendo criadas a partir daí, várias comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. No Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, através da criação do SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Entre as várias iniciativas formuladas visando à salvaguarda desses bens patrimoniais, para os fins deste artigo, destaco o programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Uma vez que o projeto objetiva promover a preservação do patrimônio. A Educação patrimonial é apresentada como uma proposta interdisciplinar de ensino que é voltada para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural. O projeto tenta fortalecer a rede social, e trazer a memória cultural como componente de construção de identidades.

2- Memória, identidade e patrimônio cultural

Quando se fala em patrimônio cultural, imediatamente associa-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade”

(PELEGRINI, 2007: p. 1). Segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

De acordo com Le Goff (1990), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (ALBERTI, 2004: p. 15).

Apesar de algumas vezes entendermos memória como um fenômeno particular, segundo Halbwachs (1990), ela deve ser compreendida também, como um fenômeno coletivo e social. E os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente aqueles episódios ocorridos pessoalmente e aqueles vividos pelo o grupo no qual a pessoa se relaciona (POLLAK, 1992).

Segundo Pollak (1992), a memória pode ser classificada como seletiva, pois nem tudo de fato fica registrado. Ela acaba por sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela está sendo articulada. Com isso pode-se dizer que a memória é construída, podendo ser essa construção consciente ou não.

Em relação à memória individual, tudo aquilo que se é gravado, excluído, lembrado, nada mais é do que o resultado de um trabalho de organização. Quando se trata de memória herdada, a memória pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992). O autor assinala que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Ela acaba por ser resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Estudar a constituição da memória é importante porque esta intimamente ligada à construção da identidade. A memória vem sendo considerada como algo importante no que se refere à construção de identidades, pois a partir dela, podemos reconhecer os

acontecimentos passados e ainda conservar as informações que nos são importantes preservar, tanto na memória individual quanto na coletiva (KRAISCH, 2007).

Para Le Goff (2007), a memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Esse vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como “sujeitos da história”, que possuem assim como direitos, também deveres para com a sua localidade.

O autor destaca, que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania” (PELEGRINI, 2006: p. 116-117). Para Pollak (1992) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

Ao entendermos patrimônio como algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos as gerações futuras, de acordo com Pelegrini (2007: p. 3), estamos admitindo “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos”, sentimento esse, que acaba por assegurar uma identidade cultural.

3- Patrimônio arqueológico

Muitos dos bens existentes no Brasil, não recebem a devida atenção que merecem por parte das autoridades para a sua efetiva regulamentação. Segundo Kraisch, existem muitos desafios em se constituir marcos referenciais das sociedades atuais como forma de compreensão da consciência histórica das mesmas, por isso, torna-se necessária proteger o patrimônio cultural existente no país.

Devido a esta preocupação em se preservar esses bens culturais, surgiram várias comissões e documentos legais, como por exemplo, a Carta de Atenas, em 1931, a Convenção de Paris de 1972, entre outras, que seriam responsáveis pela manutenção e preservação destes bens, de forma a fazerem parte da história dos mais diversos locais.

Dentre esses patrimônios culturais, para os fins deste artigo destaco o patrimônio arqueológico. Os registros arqueológicos apresentam elementos essenciais sobre o

período pré-histórico e histórico da colonização do Brasil, pois complementam a história desse país, fornecendo informações do passado deste território, a partir dos vestígios deixados pelos seus primeiros habitantes. Esses vestígios podem ser considerados como o legado desses povos que já não existem mais, e, portanto, a nossa herança cultural. Segundo Kraisch (2007: p.7):

Discutir a relação entre patrimônio e arqueologia relacionando à preservação deste patrimônio em particular demonstra a necessidade que existe hoje na afirmação dos marcos referenciais e, por que não, identitários, de uma determinada sociedade. Para tanto, deve-se considerar as relações que memória e identidade estabelecem, de um ponto de vista representacional, de base semiótica, através da mediação da cultura material, que é o objeto de estudo da arqueologia.

Segundo a autora, a relação existente entre a preservação do patrimônio arqueológico e a sociedade, seria nada menos do que o “reconhecimento e a valorização das identidades culturais” (KRAISCH, 2007: p. 2). Para que as ações de preservação de fato ocorram, não basta apenas o interesse legal, deve-se também ter o apoio da comunidade. Para isso, deve haver uma socialização entre pesquisadores e a comunidade que vive em torno deste patrimônio arqueológico.

Com esta socialização, a comunidade vai ter a chance de conhecer os resultados obtidos nos sítios arqueológicos, o que aproximara estes registros do cotidiano dos grupos que vivem perto desses sítios. Essa medida se torna possível, através de uma educação patrimonial, que acaba por conscientizar esta mesma população sobre o seu papel social diante de sua própria sociedade, e fazendo com que ela possa tomar posse deste patrimônio e efetive a sua preservação.

4-Um estudo de caso: Educação Patrimonial do MAEA-UFJF

Dentre as várias iniciativas que visam à promoção do patrimônio, uma das mais difundidas é sem dúvida a Educação Patrimonial. Essa ação tem sido considerada como o ensino focalizado nos bens culturais, e tem como objetivo, proporcionar a comunidade, principalmente às crianças, um contato maior com o patrimônio cultural da sua região. Com ela, busca-se levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização do universo sócio-cultural da comunidade, o que acaba por capacitá-los a usufruir, de maneira correta, estes bens.

Neste artigo, será utilizado como estudo de caso o programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF) na Zona da Mata mineira. O projeto é denominado de “Compartilhando experiências: a educação patrimonial e a socialização do saber”, e recebe o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFJF. A finalidade do projeto é proporcionar ao público alvo elementos para as reflexões acerca do conhecimento adquirido a partir das pesquisas que são desenvolvidas na região, voltando-se principalmente para aqueles alcançados com a arqueologia.

O programa surge no âmbito do projeto de “Mapeamento Arqueológico Cultural da Zona da Mata Mineira”, que consiste em identificar, registrar e mapear os sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira, objetivando a partir disso, conhecer o modo de vida das populações que habitaram a região anterior ao processo de colonização. O projeto começou a ser desenvolvido em 2001, e desde então, vem se aperfeiçoando metodologicamente, e oferecendo dados para estudos e investigações no campo da educação, tornando-se a partir de 2005, um projeto autônomo.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do programa consistem em aulas interativas e oficinas de expressão metodológica. As aulas são desenvolvidas em quatro módulos, que explicarei apontando os objetivos propostos para cada módulo.

No primeiro, procuramos trabalhar com a história da região, com ênfase no legado indígena e negro, destacando a sua importância para a nossa formação sociocultural. O objetivo centrou-se em levar as crianças a perceberem o quão recente é a ocupação de nossa região e problematizar as consequências de tais fatos (AMARAL; FONSECA, 2004).

No final da primeira aula, são entregues aos alunos um questionário onde eles entrevistariam algum amigo, ou familiar mais idoso que conhecesse. As perguntas se referiam basicamente, à conformação histórica da região no tocante a presença negra e indígena, que seria acessado por meio da memória dos sujeitos mais antigos. A intenção com a atividade foi a de apresentar visões alternativas a história oficial, presente na maioria dos livros didáticos, e que de certo modo ignora as experiências subjetivas das pessoas comuns ao longo do tempo. A partir dessas entrevistas, os alunos têm a oportunidade de ter uma maior aproximação com a história da região, e com a história

de sua família, que muitas vezes desconheciam. Com isso, passam a se enxergarem como atores ativos nessa história.

No segundo módulo é abordada a especificidade do conhecimento indígena, e para isso, desenvolvemos uma oficina de expressão tecnológica onde os alunos passam ter uma noção de conhecimento e desenvolvimento científico presentes na cultura indígena. O objetivo da oficina é reconstruir os utensílios empregados em vários âmbitos da vida diária dessa sociedade. Durante a atividade ensinamos a eles a técnica do rolete, que é originalmente utilizada pelos índios.

Neste encontro, tratamos da especificidade dos saberes indígenas, no que se refere aos conhecimentos da natureza, bem como a vida de seus antepassados. Vale ressaltar que esta atividade teve a finalidade de fazer com que as crianças vivenciassem e experimentassem uma realidade comum nas sociedades indígenas. Além disso, promover a compreensão de que os índios possuem uma tecnologia, que, inclusive, nós não dominamos. Trata-se, portanto de uma etapa essencial para romper com o estereótipo do índio preguiçoso, selvagem, não detentor de conhecimentos e que não se adaptava ao trabalho.

Para dar continuidade a esta proposta estabelecida, no terceiro módulo nós realizamos a queima do material cerâmico produzido pelas crianças. Na montagem da fogueira, explicamos aos alunos que ela estava sendo feita da mesma forma que os índios faziam. Por não termos domínio da técnica, ao queimar as vasilhas, muitas delas se quebraram. A partir das sensações de perda e orgulho manifestadas pelas crianças foi possível iniciar reflexões sobre patrimônio material e imaterial; patrimônio coletivo e individual, temas que foram abordados mais detalhadamente no quarto módulo. Ao final da atividade, os alunos puderam recolher seus vasilhames e levá-los para casa. A equipe solicitou ainda que as crianças elaborassem uma carta para equipe, onde elas poderiam se manifestar livremente, por meio de desenhos e textos, sobre todo o trabalho realizado.

No quarto módulo, a intenção é a de reforçar a importância do legado cultural indígena e negro na nossa formação sócio-cultural, buscando assim desconstruir possíveis estereótipos. Buscamos utilizar o vínculo afetivo estabelecido entre os alunos e sua produção material, para podermos aprofundar a discussão acerca do patrimônio cultural e sua necessidade de preservação.

No final do encontro, são recolhidas as cartinhas feitas pelas crianças, nas quais

foram expressas por meio de desenhos e texto as impressões sobre a equipe e os módulos realizados. O objetivo é realizar uma leitura interpretativa desse material adquirido. De acordo com Oliveira (2010), os critérios empregados nessa avaliação consistem das formas de apreensão da experiência, e toma como ponto de partida, o cotidiano da coletividade. A partir disso, podemos observar como as crianças estabelecem relações como modos de vida diferentes do seu, “lançando mão de categorias como a autonomia e a alteridade, vitais para a compreensão da diversidade cultural”.

Após a leitura e interpretação dos textos apresentados, podemos destacar os efeitos positivos das ações de extensão, na medida em que proporcionamos às crianças instrumental para iniciativas de valorização enquanto atores, diretos ou indiretos, do processo de construção dos saberes” (OLIVEIRA, 2010:p. 132).

Ao fim, é possível afirmar que o trabalho atingiu o seu objetivo pretendido, que foi o de sensibilizar os alunos para temáticas como legado cultural negro e indígena; patrimônio arqueológico e preservação.

Atualmente, toda a produção advinda do projeto – desenhos, textos e cartas – estão sendo analisados pelos pesquisadores do MAEA-UFJF sob os auspícios da fenomenologia de Merlo Ponty e Bachelard. Com a sistematização desses resultados será possível tecer inferências mais seguras sobre o *lócus* ocupado pela figura do índio no imaginário social e os impactos bem como os desdobramentos suscitados pelas atividades de educação patrimonial em relação a essa situação. Uma vez que o escopo do programa é promover, por meio da experimentação e vivência das crianças, sensações e percepções sobre patrimônio cultural alinhavado a partir das relações afetivas estabelecidas com o conteúdo apresentado (OLIVEIRA, 2010).

5- Conclusão

Assim como para o estudo do patrimônio cultural a memória e a identidade, são essências, para o patrimônio arqueológico não é diferente. Uma vez que a arqueologia busca reconstruir a história de um povo, sem esses elementos, não seria possível o desenvolvimento de tantas pesquisas, que contribuem para a sociedade que uma vez que esta disciplina busca resgatar o cotidiano dos grupos sociais sem interferir nas práticas atuais.

Através de um processo de construção de identidades culturais, pode-se chegar a uma real formação de comunidade que se reconheça com afinidades de presente e passado, é que podemos manter os indivíduos próximos, e é neste aspecto que a questão dos marcos referenciais, dados pelo patrimônio arqueológico contribuem para a consolidação das identidades e levam à conscientização do papel social desenvolvido pelo indivíduo perante a sociedade (KRAISH, 2007).

A partir do momento em que se começa a discutir e compreender a importância de se preservar a memória e a história de um povo, de um lugar estas mesmas autoridades começam a se articular na concretização da preservação destes locais de memórias. E nesta questão que a educação patrimonial é essencial, pois possibilita essa aproximação da sociedade e seu patrimônio.

A Educação Patrimonial acaba por promover uma transformação na maneira de se ver e tratar a cultura e busca um aprimoramento nas formas de repassar para o público leigo, as descobertas científicas, ao ser aplicada em comunidades próximas a patrimônios reconhecidos, como sítios arqueológicos, assim como em escolas, visando sensibilizar sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da conservação do patrimônio da região.

Bibliografia:

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16, p.11-47.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MONTEIRO OLIVEIRA, Luciane; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Educação Patrimonial, Memória e saberes coletivos**. Juiz de Fora, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. **A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha**. In: Canindé, Xingó, nº 9, 2007.

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural**. In: ANPUH, 2007.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática**. Juiz de Fora, 2008.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural**. In: Educação e Sociedade, ano XXI, nº 71, 2000.

COIMBRA, Luciana Bracarense. **Alfabetização cultural: A construção coletiva de uma mentalidade preservacionista**. In: Olhares e Trilhas, Uberlândia, Ano VIII, n. 8, p. 45-51, 2007.

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural**. In: ANPUH, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Conexto, 1997.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 196 p.

AMARAL, Alencar M.; FONSECA, Livia C. da. Programa de Educação Patrimonial: oficinas com crianças do Ensino Fundamental da rede pública municipal de São João Nepomuceno. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno.** Juiz de Fora: Editar, 2004.



XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)

24 a 27 de Julho de 2012

Mariana - MG